Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ano Letivo 2024-2025

Direito das Obrigações II

Turma B

Exame Escrito – 120 minutos

Questão I (6 valores)

Vasco é arrendatário de Ulrica há mais de 10 anos. Ulrica está a passar dificuldades financeiras, e decidiu colocar no mercado o solarengo apartamento, situado em Alfama. Antes, porém, perguntou a Vasco se este estava interessado em comprar o imóvel por € 500.000. Vasco, achando o preço exagerado, respondeu que não tinha interesse. Passadas umas semanas, Ulrica recebeu uma oferta de € 700.000 pelo apartamento, apresentada por Xavier, um excêntrico francês. Como Vasco havia demonstrado desinteresse por um preço inferior, Ulrica decidiu avançar imediatamente para a celebração da escritura pública de compra e venda do imóvel, vendendo-o a Xavier, pelos tais € 700.000. Quando Vasco descobriu, ficou indignado, e pretende reagir. Tem razão? Como pode reagir?

- Identificação de uma obrigação de dar preferência, de base legal (artigo 1091.º/1, alínea *a*). O direito de preferência tem eficácia real, por força da remissão do artigo 1091.º/5 para o artigo 1410.º.
- A primeira comunicação de Ulrica, perguntando a Vasco se está interessado na compra do imóvel por € 500.000, não configura uma comunicação para preferir, nos termos do artigo 416.º, porque não tem por objeto um projeto de venda, estabelecido entre o obrigado à preferência e um terceiro. Vasco era livre de aceitar ou recusar esta proposta contratual (ou convite a contratar), sem consequências no direito de preferência de que era titular.
- Ulrica estava obrigada a comunicar a Vasco o seu projeto de venda, estabelecido com Xavier, nos termos do artigo 416.º/1.
- Ao vender o imóvel a Xavier sem comunicar a Vasco, e sem lhe dar a oportunidade para exercer o seu direito de preferência, Ulrica incumpriu a sua obrigação de dar preferência.
- Caso pretenda fazer seu o imóvel, pelo preço oferecido por Xavier, Vasco pode recorrer à ação de preferência, nos termos do artigo 1410.º/1, requerendo-o no prazo de seis

meses a contar da data do conhecimento dos elementos essenciais da alienação, e depositando o preço devido nos 15 dias seguintes à propositura da ação.

- Atendendo ao incumprimento da obrigação de dar preferência, pode também imputar os danos eventualmente sofridos a Ulrica, nos termos gerais.
- Discussão fundamentada sobre a legitimidade passiva na ação de preferência.

Questão II (8 valores)

Antónia é muito distraída: todos a descrevem como uma “cabeça no ar”. Apesar disso, e para a ajudar – porque Antónia nunca consegue manter uma ocupação profissional por mais de uma ou duas semanas - a sua amiga Beatriz encarregou-a de distribuir os deliciosos bolos de bolacha gelados que confeciona, e que são um sucesso de vendas. No dia 1 de abril de 2025, Antónia deslocou-se a casa de Carlos, para entregar dois bolos. Como é distraída, não se apercebeu atempadamente que Carlos era um seu antigo namorado, que lhe tinha provocado um enorme desgosto amoroso. Quando Carlos abriu a porta e Antónia se recordou de todo o sofrimento, atingiu-o com o bico metálico do guarda-chuva na cara e, já depois de Carlos estar estatelado no chão, continuou a pontapeá-lo na cabeça, num acesso incontrolável de raiva. António ficou muito magoado, e gastou mais de € 350.000 numa cirurgia de reconstituição facial. Além disso, invoca que perdeu 2 ou 3 contratos que já andava a negociar, como modelo fotográfico. Pede ainda uma compensação pelo medo de sair à rua, que passou a sentir desde a ocorrência, e pela humilhação sentida, já que Diana, vizinha de Carlos, gravou a cena e publicou nas redes sociais, com o título “A vingança serve-se fria...”, numa alusão humorística (pouco conseguida) ao bolo de bolacha gelado. Carlos dirige estes pedidos a Antónia e a Beatriz. Mas a primeira argumenta que é tão distraída e sensível, que “não conseguiu controlar as emoções”, e que Carlos também teve culpa no sucedido, pela forma como terminou o namoro. Além disso, o custo com a cirurgia é “manifestamente exagerado”. Beatriz argumenta que o assunto lhe é alheio, até porque os bolos foram devidamente entregues, e que não pode ser obrigada a fazer “testes psicotécnicos” a toda a gente que contrata. *Quid juris?*

- Enquadramento da situação descrita no quadro da responsabilidade civil, enquanto instituto que visa, em primeira linha, o ressarcimento de danos;
- Enunciação dos pressupostos da responsabilidade civil delitual, e aplicação à conduta de Antónia: praticou um facto voluntário, ilícito (porque dirigido à provocação de uma lesão

da integridade física de Carlos), culposo e causador de danos. Os argumentos invocados por Antónia não parecem integrar qualquer causa de exclusão da ilicitude ou da culpa, nem tampouco uma instância de culpa do lesado.

- Distinção entre direitos violados e danos: a violação dos direitos (à integridade física e moral) de Carlos afeta vantagens ou interesses com conteúdo patrimonial (ex. os eventuais lucros cessantes, pela não celebração dos contratos) e vantagens ou interesses com conteúdo não patrimonial (ex. a integridade física, a integridade moral).
- Quanto à integridade física: os custos da cirurgia de reconstituição facial correspondem a custos com a reconstituição natural, que é a regra geral em matéria de obrigação de indemnizar. Pode valorizar-se a alusão à discussão sobre a eventual limitação da obrigação de indemnizar, quando a reconstituição natural seja excessivamente onerosa para o devedor (artigo 566.º/1). No caso em apreço, o problema não parece colocar-se, atendendo à relevância dos bens jurídicos afetados, na esfera de Carlos.
- Quanto à integridade moral: deveria discutir-se a relevância da lesão invocada (medo de sair à rua), à luz do artigo 496.º/1, bem como o nexo de causalidade (não apenas de um ponto de vista naturalístico, mas também através da aplicação de uma teoria sobre o juízo de causalidade).
- Quanto à integridade moral: a humilhação sofrida pela difusão do vídeo não parece ser juridicamente imputável a Antónia. A conduta lesiva é protagonizada por Diana, e é ilícita, não sendo justificada a recondução deste dano a Antónia, com base na ideia de que a sua conduta aumentou o risco de ocorrência deste tipo de danos consequentes.
- Quanto aos lucros cessantes pelos contratos não celebrados: enunciação do princípio geral do ressarcimento dos “benefícios que o lesado deixou de obter” (artigo 564.º/1), mas exigência de muito elevada probabilidade da sua obtenção, para justificar a equiparação aos danos emergentes.
- Antónia era comissária de Beatriz, que a encarregou da distribuição dos seus bolos, para efeitos do artigo 500.º. Enunciação dos pressupostos da responsabilidade do comitente. Discussão fundamentada sobre o pressuposto da prática dos factos danosos “no exercício da função” confiada a Antónia (artigo 500.º/2). Irrelevância da ausência de *culpa in elegendo* invocada por Beatriz.

Questão III (6 valores)

Júlio é o mais novo dos 12 primos Pinto-Cenoura, uma das famílias mais conhecidas do Ribatejo. As terras agrícolas da família estendem-se por hectares e hectares, e os primos competem entre si, ambicionando o reconhecimento como “o melhor agricultor do Ribatejo”. Júlio, talvez por ser o mais novo, é o mais empenhado dos primos. No início de 2024, começou a explorar uma parcela de terra de 50 hectares, que julgava ser sua. Limpou o terreno, instalou um sofisticado sistema de rega, e plantou tomate. Em junho de 2024, numa festa de família, em conversa com a Tia Luísa, Júlio percebeu que o terreno é, afinal, do seu primo Mateus. Como a Tia Luísa está muito velhinha e é muito esquecida, Júlio achou que ninguém ia dar-se conta do sucedido, e continuou a explorar o terreno, tendo colhido o tomate em agosto, que vendeu depois com bastante lucro. Em dezembro de 2024, Mateus percebeu que o terreno explorado por Júlio era seu, e quer agora que Júlio lhe entregue o lucro obtido. Indignado, Júlio respondeu “tu é que me deves dinheiro, meu caro Mateus: o teu terreno valorizou € 40.000 com a limpeza e a instalação do sistema de rega, e um engenheiro agrónomo da minha categoria não cobraria menos de € 20.000 pela gestão que fiz!”. Mateus ficou furioso com a resposta do primo, até porque não pretende explorar o terreno, nem aproveitar o sistema de rega. Quem tem razão?

- Confronto com os pressupostos da gestão de negócios e justificação para a não aplicação do instituto: (a) até junho de 2024, Júlio está convencido de que o terreno lhe pertence, sendo aplicáveis as regras do enriquecimento sem causa, salvo aprovação da gestão, por Mateus (artigo 472.º/1). Trata-se de um caso de gestão de negócios alheios julgados próprios; (b) após junho de 2024, Júlio já sabe que o terreno é de Mateus, mas não pretende atribuir o resultado da sua atividade a Mateus (“Júlio acho que ninguém ia dar-se conta do sucedido”). Trata-se de um caso de gestão de negócios imprópria, que não se encontra expressamente regulado entre nós.
- Discussão fundamentada sobre o regime a aplicar aos casos de gestão de negócios imprópria.
- Identificação de uma situação de enriquecimento sem causa por intervenção, quanto ao aproveitamento do terreno por parte de Júlio. Referência ao conteúdo da destinação do direito em causa (o direito de propriedade de Mateus), e à frustração da destinação exclusivamente atribuída ao titular, no caso em apreço.

- Enunciação fundamentada dos pressupostos de aplicação do ESC e verificação no caso concreto; entre outras possíveis formulações dos pressupostos: (a) enriquecimento, enquanto atribuição de que beneficiou Júlio (a utilização do terreno de Mateus); (b) à custa do empobrecido (a atribuição de que beneficia Júlio é imputável a Mateus, representando o sacrifício de um direito seu [o direito de propriedade]); (c) sem causa (inexistência de um direito de Júlio [ex. emergente de um contrato] a receber a atribuição, i.e., a usar o terreno de Mateus).
- Júlio deve restituir o valor da atribuição de que beneficiou, objetivamente considerado (i.e., a renda anual de mercado de um terreno com aquelas características) e não os lucros obtidos com essa atribuição (independentemente de serem superiores ou inferiores (artigo 479.º/1)).
- Problematização quanto a um eventual enriquecimento sem causa (de Mateus) por despesas efetuadas por outrem (Júlio). Enunciação fundamentada dos pressupostos e verificação no caso concreto.
- Discussão sobre a necessidade de proteger o enriquecido (Mateus) contra a imposição do enriquecimento, já que este operou sem o concurso da sua vontade.